

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA	15
5. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	15
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	16
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16
8. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	17
9. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO	18
10. INTANGÍVEL.....	18
11. FORNECEDORES	19
12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	19
13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	20
14. ENCARGOS REGULATÓRIOS	23
15. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	23
16. PROVISÕES	24
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
18. RECEITA	29
19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	32
20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	35
21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	36
22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	38
23. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	47
24. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA.....	48
25. EVENTOS SUBSEQUENTES	48
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO	49
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	64

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2012	31/12/2011 Reclassificado
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	713.770	527.296
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	4	90.674	5.000
Consumidores e Revendedores	5	1.604.629	1.602.291
Concessionários – Transporte de Energia	5	278.880	247.049
Tributos Compensáveis	6	140.572	118.960
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	7a	61.193	81.597
Fundos Vinculados		24.732	3.279
Estoques		40.887	26.671
Contribuição de Iluminação Pública		70.270	62.889
Subvenção Baixa Renda		43.725	920
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	22	18.562	-
Outros		316.579	257.187
TOTAL DO CIRCULANTE		3.404.473	2.933.139
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	4	21.540	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7b	611.412	479.261
Tributos Compensáveis	6	285.480	247.350
Depósitos Vinculados a Litígios	8	864.585	832.466
Consumidores e Revendedores	5	84.923	61.822
Concessionários – Transporte de Energia	5	11.186	11.931
Outros Créditos		45.995	70.171
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	9	4.510.127	3.118.126
Intangíveis	10	1.979.129	2.703.687
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.414.377	7.524.814
ATIVO TOTAL		11.818.850	10.457.953

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2012	31/12/2011 Reclassificado
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	13	2.237.800	603.235
Debêntures	13	45.117	22.765
Fornecedores	11	926.097	753.131
Impostos, Taxas e Contribuições	12a	369.803	340.956
Imposto de Renda e Contribuição Social	12b	26.864	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		352.781	109.215
Salários e Encargos Sociais		156.373	168.454
Encargos Regulatórios	14	204.513	210.312
Participações nos Lucros		115.010	59.437
Obrigações Pós-Emprego	15	43.695	53.687
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	22	-	25.764
Contribuição de Iluminação Pública		110.003	114.586
Outras		104.562	143.219
TOTAL DO CIRCULANTE		4.692.618	2.604.761
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	13	1.148.305	2.032.642
Debêntures	13	895.474	852.580
Provisões	16	106.935	103.684
Obrigações Pós-Emprego	15	1.361.560	1.339.105
Impostos, Taxas e Contribuições	12a	611.978	661.326
Encargos Regulatórios	14	162.677	187.753
Outras		17.094	19.639
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.304.023	5.196.729
TOTAL DO PASSIVO		8.996.641	7.801.490
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR			
Capital Social	17	2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		150.900	394.465
Lucros Acumulados		409.311	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.822.209	2.656.463
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.818.850	10.457.953

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
RECEITA	18	6.981.507	6.123.877
CUSTOS OPERACIONAIS	19		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.800.406)	(2.230.438)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(594.585)	(497.579)
		<u>(3.394.991)</u>	<u>(2.728.017)</u>
CUSTOS	19		
Pessoal e Administradores		(454.918)	(466.902)
Materiais		(25.117)	(31.076)
Serviços de Terceiros		(367.514)	(372.559)
Amortização		(249.800)	(254.723)
Provisões Operacionais		(13.767)	(70.792)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(980.799)	(739.349)
Outras		(49.432)	(29.512)
		<u>(2.141.347)</u>	<u>(1.964.913)</u>
CUSTO TOTAL		(5.536.338)	(4.692.930)
LUCRO BRUTO		1.445.169	1.430.947
DESPESA OPERACIONAL	19		
Despesas com Vendas		(52.617)	(41.330)
Despesas Gerais e Administrativas		(340.140)	(317.886)
Outras Despesas Operacionais		(229.331)	(142.577)
		<u>(622.088)</u>	<u>(501.793)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		823.081	929.154
Receitas Financeiras	20	227.381	216.034
Despesas Financeiras	20	(433.250)	(386.414)
Resultado antes dos Impostos		617.212	758.774
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	7c	(372.797)	(244.753)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7c	164.896	20.195
RESULTADO DO PERÍODO		409.311	534.216
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		0,1810	0,2362

A Companhia não possui resultado abrangente, motivo pelo qual não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Jul a Set/12	Jul a Set/11 Reclassificado
RECEITA	2.509.620	2.041.486
CUSTOS OPERACIONAIS		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.019.517)	(766.720)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(202.674)	(178.768)
	(1.222.191)	(945.488)
CUSTOS		
Pessoal e Administradores	(147.675)	(152.492)
Materiais	(9.636)	(7.722)
Serviços de Terceiros	(125.825)	(124.330)
Amortização	(91.302)	(85.055)
Provisões Operacionais	13.265	(33.012)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(438.373)	(167.184)
Outras	(14.418)	(15.390)
	(813.964)	(585.185)
CUSTO TOTAL	(2.036.155)	(1.530.673)
LUCRO BRUTO	473.465	510.813
DESPESA OPERACIONAL		
Despesas com Vendas	(26.528)	(15.984)
Despesas Gerais e Administrativas	(117.736)	(144.232)
Outras Despesas Operacionais	(79.907)	(19.241)
	(224.171)	(179.457)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	249.294	331.356
Receitas Financeiras	78.268	92.108
Despesas Financeiras	(140.030)	(140.063)
Resultado antes dos Impostos	187.532	283.401
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(107.139)	(52.654)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.632	(9.998)
RESULTADO DO PERÍODO	127.025	220.749
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária	0,0562	0,0976

A Companhia não possui resultado abrangente, motivo pelo qual não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.261.998	114.901	-	2.376.899
Resultado do Período	-	-	534.216	534.216
Juros sobre o Capital Próprio (R\$46,94 por lote de mil ações)	-	-	(106.177)	(106.177)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011	2.261.998	114.901	428.039	2.804.938
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.261.998	394.465	-	2.656.463
Resultado do Período	-	-	409.311	409.311
Dividendos Declarados (R\$107,68 por lote de mil ações)	-	(243.565)	-	(243.565)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012	2.261.998	150.900	409.311	2.822.209

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	409.311	534.216
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	278.209	284.224
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	34.717	4.349
Juros e Variações Monetárias	316.012	308.303
Imposto de Renda e Contribuição Social	207.901	224.558
Provisões para Perdas Operacionais	66.384	113.208
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	(20.517)	(15.762)
Obrigações Pós-emprego	119.039	124.258
	1.411.056	1.577.354
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(55.763)	(187.417)
Tributos Compensáveis	(59.742)	(3.213)
Imposto de Renda e Contribuição Social	20.404	156.980
Transporte de Energia	(31.086)	23.690
Depósitos Judiciais	(32.119)	(178.162)
Outros	(119.925)	(119.270)
	(278.231)	(307.392)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	172.966	36.704
Impostos, Taxas e Contribuições	(20.501)	567.433
Imposto de Renda e Contribuição Social	(313.188)	(542.061)
Salários e Contribuições Sociais	(12.081)	(9.903)
Encargos do Consumidor a Recolher	(30.875)	(22.957)
Empréstimos e Financiamentos	(134.980)	(162.357)
Obrigações Pós-Emprego	(106.576)	(104.327)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(5.247)	(27.366)
Outros	(20.845)	(61.406)
	(471.327)	(326.240)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	661.498	943.722
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(107.214)	-
Em Fundos Vinculados	(21.453)	8.287
Em Intangível	(980.799)	(739.349)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.109.466)	(731.062)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	868.467	525.726
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(234.025)	(223.141)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	(66.769)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	634.442	235.816
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	186.474	448.476
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	527.296	503.409
No fim do período	713.770	951.885
	186.474	448.476
PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO		
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	134.980	157.947
Imposto de Renda e Contribuição Social	301.869	231.283

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	30/09/2012		30/09/2011 Reclassificado	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	9.580.697		8.768.375	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	980.799		739.349	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(52.617)		(41.330)	
	<u>10.508.879</u>		<u>9.466.394</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.060.357)		(2.433.854)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(656.203)		(547.671)	
Serviços de Terceiros	(499.537)		(486.275)	
Materiais	(34.954)		(43.840)	
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(980.799)		(739.349)	
Outros Custos Operacionais	(67.651)		(118.200)	
	<u>(5.299.501)</u>		<u>(4.369.189)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>5.209.378</u>		<u>5.097.205</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(278.209)		(284.224)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>4.931.169</u>		<u>4.812.981</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	227.381		216.034	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>5.158.550</u>		<u>5.029.015</u>	
<u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</u>				
		%		%
Empregados	664.736	12,89	581.389	11,56
Remuneração Direta	435.665	8,45	375.242	7,46
Benefícios	184.755	3,58	169.297	3,37
FGTS	32.432	0,63	30.642	0,61
Outros	11.884	0,23	6.208	0,12
Impostos, Taxas e Contribuições	3.596.892	69,73	3.480.092	69,20
Federais	1.691.189	32,78	1.706.413	33,93
Estaduais	1.903.226	36,89	1.771.256	35,22
Municipais	2.477	0,05	2.423	0,05
Remuneração de Capitais de Terceiros	487.611	9,45	433.318	8,62
Juros	433.250	8,40	386.414	7,68
Aluguéis	54.361	1,05	46.904	0,93
Remuneração de Capital Próprio	409.311	7,93	534.216	10,62
Juros sobre Capital Próprio	-	-	106.177	2,11
Lucros Retidos	409.311	7,93	428.039	8,51
	<u>5.158.550</u>	<u>100,00</u>	<u>5.029.015</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”) é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig” ou “Controladora”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Distribuição e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.483.477 consumidores em 30 de setembro de 2012. (Informações não revidas pelos auditores independentes).

Em 30 de setembro de 2012, o passivo circulante da Cemig excedeu o ativo circulante em R\$1.288.145. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e nesse sentido, esta avaliando medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado. Adicionalmente, em caso de alteração nos cenários macroeconômicos que implicassem na restrição de crédito para obtenção de financiamentos, os recursos necessários à manutenção das atividades operacionais da Companhia seriam garantidos através de aportes da sua Controladora.

Renovação das Concessões – Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP”), que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida MP, o Governo pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a MP 579/2012, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica alcançadas pelos artigos listados acima impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

A prorrogação prevista depende ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade constantes da MP, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR, excetuando-se os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000, que foram considerados como totalmente amortizados.

Em observância ao previsto na MP, a Cemig, em 15 de outubro de 2012, encaminhou para a ANEEL a manifestação de interesse da Companhia na prorrogação de seus Contratos de Concessão de distribuição de energia elétrica que no entender da Companhia estavam dentro dos critérios da MP, sem prejuízo de eventuais direitos previstos na lei de conversão.

Conforme mencionado acima, foram requeridas as renovações dos contratos de concessão relacionados aos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, regulado através dos Contratos de Concessão de Distribuição CEMIG Norte nº 002/97, CEMIG Sul nº 003/97, CEMIG Leste nº 004/97 e CEMIG Oeste nº 005/97, todos datados de 10 de julho de 1997 em conformidade com a Portaria DNAEE nº 130, de 17 de abril de 1997, publicada no DOU de 22 de abril de 1997 e prorrogadas pela Portaria nº 125, de 17 de abril de 1997, do Ministro de Estado das Minas e Energia, publicada no DOU de 22 de abril de 1997. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia mantém ativos intangíveis e financeiros registrados no montante de R\$6.489.256 mil referentes aos contratos de distribuição.

Para que possa decidir acerca da prorrogação das concessões de distribuição, a Companhia está aguardando a manifestação do Poder Concedente, que definirá as próximas etapas relacionadas à prorrogação desses contratos. A definição das próximas etapas ocorrerá a partir de 19 de dezembro de 2012, conforme cronograma de trabalhos para redução tarifária divulgado pelo comunicado do site da ANEEL em 13 de setembro de 2012.

Tendo em vista que a Companhia ainda não se manifestou de forma definitiva sobre a aceitação das condições previstas na MP para a antecipação da renovação das suas concessões e a avaliação sobre a indenização prevista, não é possível determinar os impactos financeiros futuros da MP em suas Demonstrações Contábeis.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Apresentação das Informações Contábeis Intermediárias

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2011. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 06 de março de 2012 e arquivadas na CVM em 28 de março de 2012.

2.2. Reclassificações de saldos contábeis

Conta de origem		Conta de Reclassificação	
Balanco Patrimonial	31/12/2011	Balanco Patrimonial	31/12/2011 (Não auditado)
Ativo Circulante		Ativo Circulante	
Outros	(5.920)	Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5.000
	(5.920)	Subvenção Baixa Renda	920
			5.920
Passivo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(276.577)	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-
Ativo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	755.838	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	479.261
	479.261		479.261
Demonstração de Resultado	30/09/2011	Demonstração de Resultado	30/09/2011 (Não revisado)
Custos		Despesas Operacionais	
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(51.992)	Outras Despesas Operacionais	51.992
Resultado Financeiro Líquido	(170.380)	Receitas Financeiras	216.034
	(170.380)	Despesas Financeiras	(386.414)
			(170.380)
Demonstração do Fluxo de Caixa	30/09/2011	Demonstração do Fluxo de Caixa	30/09/2011 (Não revisado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
(Aumento) Redução de Ativos		(Aumento) Redução de Ativos	
Outros Ativos Circulantes	100.549	Outros	(100.549)
Aumento (Redução) de Passivos		Aumento (Redução) de Passivos	
Impostos, Taxas e Contribuições	(567.433)	Imposto de Renda e Contribuição Social	567.433
Aumento (Redução) de Passivos		(Aumento) Redução de Ativos	
Imposto de Renda e Contribuição Social	812.186	Imposto de Renda e Contribuição Social	(812.186)
Aumento (Redução) de Passivos		Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(244.753)	Imposto de Renda e Contribuição Social	244.753
Aumento (Redução) de Passivos		Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa	
Empréstimos e Financiamentos	(264.215)	Juros e Variações Monetárias	264.215
Conta de origem	30/09/2011	Conta de Reclassificação	30/09/2011 (Não revisado)
Demonstração do Valor Adicionado		Demonstração do Valor Adicionado	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	-	Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	739.349
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	-	Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(739.349)
			-
Energia Elétrica Comprada para Revenda	203.416		
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	50.092		
Aluguéis	1.855	Impostos, Taxas e Contribuições - Federais	(255.363)
	255.363		(255.363)
Receitas Financeiras	-	Receitas Financeiras	(99.408)
Remuneração de Capital de Terceiros - Juros	-	Remuneração de Capital de Terceiros - Juros	(99.408)

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar um melhor entendimento dos seguintes itens:

1 – Na Demonstração de Resultados

- Participação dos Empregados e Administradores no Resultado: apresentada como um item dos custos operacionais no terceiro trimestre de 2011, foi reclassificada para outras despesas operacionais por se tratar de uma distribuição de resultados baseada em metas corporativas gerais, definidas em Acordo Coletivo de Trabalho;
- Resultado financeiro: apresentados, no terceiro trimestre de 2011, os resultados dos instrumentos financeiros pelo seu valor líquido, se ganho ou perda no período. Foi apresentado de forma segregada no terceiro trimestre de 2012 e 2011, comparativamente;

2 – Na Demonstração do Valor Adicionado

- Receita e Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição: apresentados pelo valor líquido nas Demonstrações de Resultados e Demonstrações do Valor Adicionado no terceiro trimestre de 2011, foram segregados para permitir a avaliação dos seus montantes e seus respectivos impactos nas receitas e despesas operacionais;
- Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão: apresentadas líquidas dos créditos de PIS-PASEP/COFINS sobre a aquisição e o transporte do insumo no terceiro trimestre de 2011, foi reclassificada para Impostos, Taxas e Contribuições – Federais.

Os demais itens foram reclassificados para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis.

2.3. Novos pronunciamentos contábeis ainda não adotados

As informações referentes aos Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos, ainda não adotados pela Companhia, não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2.6 letra “q” às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011.

2.4. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

A Companhia manteve a correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas de 31 de dezembro de 2011 e as Demonstrações Intermediárias de 30 de setembro de 2012, com exceção das notas relacionadas a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
Anual de 2011	ITR do 3T-2012	
4	3	Caixa e Equivalentes de Caixa
*	4	Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira
27	24	Demonstrações do Valor Adicionado – DVA
26	25	Reajuste Tarifário
28	26	Eventos Subsequentes

(*) Informações incluídas no conjunto das Demonstrações Contábeis a partir do primeiro trimestre de 2012.

As notas explicativas do relatório anual de 2011 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões
24	Seguros
25	Obrigações Contratuais

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho, no trimestre e no período acumulado de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, estão apresentadas nestas Informações Trimestrais, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela CVM.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2012	31/12/2011
Contas Bancárias	60.980	43.411
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	652.790	467.416
Letras Financeiras – Bancos	-	10.419
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.792
Letras do Tesouro Nacional	-	909
Outras	-	2.349
	652.790	483.885
	713.770	527.296

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado, na contratação.

	30/09/2012	31/12/2011
Certificados de depósitos bancários	14.678	5.000
Letras Financeiras – Bancos	72.981	-
Letras Financeiras do Tesouro	10.643	-
Outros	13.912	-
	112.214	5.000
Ativo Circulante	90.674	5.000
Ativo Não Circulante	21.540	-

5. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/09/2012	31/12/2011
Residencial	500.970	214.200	132.506	847.676	797.392
Industrial	160.740	38.643	212.453	411.836	430.220
Comércio, Serviços e Outras	243.284	57.801	88.994	390.079	372.079
Rural	85.378	27.171	26.774	139.323	114.130
Poder Público	76.709	14.421	11.207	102.337	97.396
Iluminação Pública	37.167	8.259	22.881	68.307	79.498
Serviço Público	41.665	4.703	24.614	70.982	84.061
Subtotal – Consumidores	1.145.913	365.198	519.429	2.030.540	1.974.776
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	18	18	880
Concessionários – Transporte de Energia	131.954	15.051	143.061	290.066	258.980
Suprimento - Energia de Curto Prazo	-	-	861	861	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(341.867)	(341.867)	(311.543)
	1.277.867	380.249	321.502	1.979.618	1.923.093
Ativo Circulante				1.883.509	1.849.340
Ativo Não Circulante				96.109	73.753

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/09/2012	31/12/2011
Residencial	125.435	116.995
Industrial	94.259	74.715
Comércio, Serviços e Outras	80.192	75.390
Rural	17.199	16.168
Poder Público	3.941	4.346
Iluminação Pública	11.807	11.808
Serviço Público	9.034	12.121
	341.867	311.543

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	30/09/2012
Saldo no início do exercício	311.543
Baixas	(22.293)
Constituição de Provisão	52.617
Saldo no final do exercício	341.867

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	30/09/2012	31/12/2011
Circulante		
ICMS a Recuperar	82.675	73.487
COFINS	45.470	35.534
PIS-PASEP	10.647	8.490
Outros	1.780	1.449
	140.572	118.960
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	193.242	173.859
COFINS	76.421	61.018
PIS-PASEP	15.817	12.473
	285.480	247.350
	426.052	366.310

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2012 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2012, registrados na rubrica de impostos e contribuições.

	30/09/2012	31/12/2011
Circulante		
Imposto de Renda	40.760	62.109
Contribuição Social	20.433	19.488
	61.193	81.597

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00%, e de Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	30/09/2012	31/12/2011
Ativo		
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias		
Obrigações Pós-Emprego	277.233	265.504
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	124.095	113.785
Provisões	34.314	35.253
Instrumentos Financeiros	53.754	59.421
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	153.155
Taxa de Administração	8.944	8.944
Variação Cambial	94.232	92.102
Outros	37.667	27.674
	783.394	755.838
Passivo		
Imposto de Renda	(126.458)	(203.366)
Contribuição Social	(45.524)	(73.211)
	(171.982)	(276.577)
Total do Ativo Apresentado no Balanço Patrimonial	611.412	479.261
Total do Passivo Apresentado no Balanço Patrimonial	-	-

(1) Referente ao Imposto de Renda sobre o depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/09/2012	30/09/2011
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	617.212	758.774
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	(209.852)	(257.984)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	10.465	5.498
Juros sobre Capital Próprio	-	36.100
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.211)	(1.822)
Outros	(6.303)	(6.350)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(207.901)	(224.558)
Alíquota Efetiva	33,68%	29,59%
Corrente	(372.797)	(244.753)
Diferido	164.896	20.195

	Jul a Set/12	Jul a Set/11
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	187.532	283.401
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	(63.761)	(96.357)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	5.347	1.595
Juros sobre Capital Próprio	-	36.100
Contribuições e Doações Indedutíveis	(949)	(689)
Outros	(1.144)	(3.301)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(60.507)	(62.652)
Alíquota Efetiva	32,26%	22,11%
Corrente	(107.139)	(52.654)
Diferido	46.632	(9.998)

8. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	30/09/2012	31/12/2011
Trabalhista	156.173	135.126
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros Sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	3.259	1.391
	621.581	619.713
Outros		
Regulatório	14.233	12.782
Cível	20.897	11.527
Recon	1.206	1.206
Bloqueio Judicial	49.852	39.199
Outros	643	12.913
	86.831	77.627
	864.585	832.466

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições - Não Circulante. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

9. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (f) das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011 a parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A posição da Companhia em relação a Medida Provisória 579 está divulgada na Nota Explicativa nº 1 das Informações Contábeis Intermediárias.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	Saldos
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.118.126
Adições (por transferência do Ativo Intangível)	1.410.060
Baixas	(18.059)
Saldo em 30 de setembro de 2012	4.510.127

10. INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 30 de setembro de 2012

	2012			2011		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da Concessão Líquidos	6.764.378	(5.572.603)	1.191.775	6.895.430	(5.393.087)	1.502.343
Intangível em Curso	787.354	-	787.354	1.201.344	-	1.201.344
Total Intangível	7.551.732	(5.572.603)	1.979.129	8.096.774	(5.393.087)	2.703.687

b) Mutação do ativo intangível em 30 de setembro de 2012

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 30/09/2012
Intangível em Curso	2.703.687	980.799	(1.410.060)	(16.658)	(278.639)	1.979.129

A posição da Companhia em relação a Medida Provisória 579 está divulgada na Nota Explicativa nº 1 das Informações Contábeis Intermediárias.

Ativos da Concessão de Distribuição

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no montante de R\$12.691 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 (R\$43.128 em 30 de setembro de 2011).

Revisão de Vida Útil

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas anuais de depreciação para os ativos “em serviço” outorgados no setor elétrico, com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação das novas taxas ocorreu em 1º de janeiro de 2012.

11. FORNECEDORES

	30/09/2012	31/12/2011
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica		
Eletróbás	179.941	162.506
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	133.134	35.096
Furnas	53.950	55.464
Cemig Geração e Transmissão	30.534	28.915
Tractebel Energia	24.062	22.062
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	28.305	26.563
CEEE – Cia. Estadual de Energia Elétrica	12.155	13.154
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	14.025	14.798
CTEEP – Cia. de Transm. de Energia Elétrica Paulista	8.196	6.990
Copel Geração e Transmissão	10.469	11.122
Eletrosul Centrais Elétricas	6.704	4.807
CESP – Cia. Energética de São Paulo	20.144	18.163
TAESA – Transm. Aliança de Energia Elétrica	5.998	5.068
CGTEE - Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica	4.668	3.165
Outros Geradores e Distribuidores	161.807	120.029
	694.092	527.902
Materiais e Serviços	232.005	225.229
	926.097	753.131

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	30/09/2012	31/12/2011
Circulante		
ICMS	281.415	259.613
COFINS	50.125	37.668
PIS-PASEP	10.883	8.178
INSS	13.440	16.392
Outros	13.940	19.105
	369.803	340.956
Não Circulante		
COFINS	502.814	543.360
PIS-PASEP	109.164	117.966
	611.978	661.326
	981.781	1.002.282

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/09/2012	31/12/2011
Circulante		
Imposto de Renda	19.187	-
Contribuição Social	7.677	-
	26.864	-

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/09/2012						31/12/2011
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	25.822	-	25.822	46.989
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	6.698	23.906	30.604	34.826
KFW	2016	4,5	EUR	1.809	6.027	7.836	8.027
Dívida em Moeda Estrangeira				34.329	29.933	64.262	89.842
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.105	-	5.105	10.628
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	99.396	-	99.396	104.050
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	110.799	200.000	310.799	306.220
Banco do Brasil S.A. (4)	2013	10,83*	R\$	770.506	-	770.506	706.796
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	100.901	-	100.901	99.114
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI*	R\$	102.392	364.964	467.356	436.637
Banco do Brasil S.A. (4)	2012	106% do CDI*	R\$	107.021	-	107.021	99.779
Banco do Brasil S.A.	2013	104,08 do CDI	R\$	652.544	-	652.544	-
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33 % do CDI	R\$	4.970	197.245	202.215	-
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	35.491	3.766	39.257	71.774
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.006	868	1.874	2.955
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	24.961	316	25.277	51.810
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	63.330	8.362	71.692	128.256
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	73.871	331.596	405.467	428.238
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	3.759	3.017	6.776	6.366
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.759	-	12.759	25.112
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	34.660	8.238	42.898	68.300
Dívida em Moeda Nacional				2.203.471	1.118.372	3.321.843	2.546.035
Total de Empréstimos e Financiamentos				2.237.800	1.148.305	3.386.105	2.635.877
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	32.536	519.146	551.682	502.648
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	12.581	376.328	388.909	372.697
Total de Debêntures				45.117	895.474	940.591	875.345
Total Geral Consolidado				2.282.917	2.043.779	4.326.696	3.511.222

(1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88% ao ano.

(2) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.

(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08

a. *Taxa Contratual.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	4.869	29.919	2.268	-	-	-	-	19.370	56.426
Euro	948	1.722	1.722	1.722	1.722	-	-	-	7.836
	5.817	31.641	3.990	1.722	1.722	-	-	19.370	64.262
Indexadores									
IPCA (1)	32.536	-	-	173.049	173.048	173.049	-	-	551.682
IGP-M (2)	12.581	-	376.328	-	-	-	-	-	388.909
UFIR/RGR (3)	24.150	67.143	69.378	61.022	49.536	39.978	35.362	58.899	405.468
CDI (4)	428.833	1.107.634	404.443	65.914	65.909	66.361	-	-	2.139.094
Taxas pré-fixadas	172.389	598.117	-	-	-	-	-	-	770.506
TR (5)	1.523	-	382	96	-	-	-	-	2.001
Outros	2.236	-	-	573	725	724	516	-	4.774
	674.248	1.772.894	850.531	300.654	289.218	280.112	35.878	58.899	4.262.434
	680.065	1.804.535	854.521	302.376	290.940	280.112	35.878	78.269	4.326.696

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo - IPCA

(2) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M

(3) Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR

(4) Certificado Depósito Interbancário - CDI

(5) Taxa Referencial - TR

As principais moedas e indexadores, utilizados para atualização monetária dos Empréstimos e Financiamentos, tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2012	Variação Acumulada no 3º Trimestre 2012	Variação Acumulada em 2011	Variação Acumulada no 3º Trimestre 2011
Dólar Norte-americano	8,25%	0,46%	11,30%	18,79%
Euro	7,26%	1,96%	11,93%	10,02%

Indexadores	Variação Acumulada em 2012	Variação Acumulada no 3º Trimestre 2012	Variação Acumulada em 2011	Variação Acumulada no 3º Trimestre 2011
IGP-M	7,09%	3,78%	4,15%	0,97%
IPCA	3,77%	1,42%	4,98%	1,06%
CDI	6,59%	1,91%	8,69%	3,01%

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debentures é como segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.511.222
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		868.467
Variação Monetária e Cambial		46.559
Encargos Financeiros Provisionados		269.453
Encargos Financeiros Pagos		(134.980)
Amortização de Financiamentos		(234.025)
Saldo em 30 de setembro de 2012		4.326.696

Foram transferidos R\$1.090.500 para o curto prazo, em decorrência do fluxo de pagamentos dos contratos vigentes, somados à captação de R\$640.000 em notas promissórias com vencimento em 27 de julho de 2013.

As captações de recursos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco do Brasil S/A (Notas Promissórias)	2013	104,08 do CDI	640.000
Banco do Brasil S/A	2017	108,33 do CDI	196.247
Eletrobrás	2023	6%	15.250
Eletrobrás	2023	6%	15.250
Eletrobrás	2016	6,5%	1.720
Total de Captações			868.467

Garantias

Em 30 de setembro de 2012 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Valores em reais
NP e Aval	2.631.012
Recebíveis	1.106.621
Bônus do Tesouro (Caução)	30.604
Sem Garantia	558.459
TOTAL	4.326.696

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

As Debêntures de emissão da Cemig Distribuição, em 30 de setembro de 2012, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Saldo em 30/09/2012	Tipo garantia	Encargos	COVENANTS
CEMIG D (1)	Simple não Conversíveis	551.682	Não há	IPCA+7,96	Não há
CEMIG D (1)	Simple não Conversíveis	388.909	Quirografia	IGP-M + 10,50	Não há
TOTAL		940.591			

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria.

Cláusulas contratuais restritivas “Covenants”

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 dezembro. Em 30 de junho de 2012 a companhia cumpriu todas essas cláusulas.

14. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/09/2012	31/12/2011
Reserva Global de Reversão – RGR	51.234	34.870
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	25.645	50.887
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	37.570	32.674
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.806	1.806
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – FNDCT	2.779	2.365
Eficiência Energética	137.823	131.015
Pesquisa e Desenvolvimento	72.577	88.678
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.389	1.182
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	-	18.790
Encargos de Capacidade Emergencial	31.039	31.092
Adicional 0,30% da Lei 12.111/09	4.121	3.499
	367.190	398.065
Passivo Circulante	204.513	210.312
Passivo Não Circulante	162.677	187.753

15. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	613.102	413.441	22.364	343.885	1.392.792
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	48.623	38.753	758	30.905	119.039
Contribuições Pagas	(70.658)	(29.356)	(464)	(6.098)	(106.576)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2012	591.067	422.838	22.658	368.692	1.405.255
Passivo Circulante					43.695
Passivo Não Circulante					1.361.560

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

16. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia constituiu Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2011	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/09/2012
Trabalhistas	18.469	5.062	(5.661)	17.870
Cíveis				
Relações de Consumo	46.711	(3.650)	(1.216)	41.845
Outras ações cíveis	10.748	14.038	(882)	23.904
	57.459	10.388	(2.098)	65.749
Tributárias	3.109	(269)	-	2.840
Ambientais	276	(45)	-	231
Regulatórias	20.238	(5.354)	(2.561)	12.323
Outras	4.133	3.864	(75)	7.922
Total	103.684	13.646	(10.395)	106.935

A Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Obrigações Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$149.610 (R\$126.088 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$17.870 (R\$18.469 em 31 de dezembro de 2011) foram provisionados.

Relações de Consumo

A Cemig Distribuição é parte em diversas ações cíveis relativas à indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de incidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$51.421 (R\$125.007 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$41.845 (R\$46.711 em 31 de dezembro de 2011) foram provisionados.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$85.133, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$143.501 (R\$136.391 em 31 de dezembro de 2011).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Cemig Distribuição, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$509.797 (R\$477.769 em 31 de dezembro de 2011).

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$198.543 (R\$187.389 em 31 de dezembro de 2011).

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais: (i) o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; (ii) o Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor (IMIDEC) impetrou Ação Civil Coletiva contra a Cemig Distribuição, onde questiona a cobrança do ICMS sobre o total da fatura e não somente com incidência sobre o serviço prestado.

Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$376.573 (R\$330.871 em 31 de dezembro de 2011).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal lavrou auto de infração contra a Companhia referente à tributação da CSLL do período de apuração 2008/2009, por contestar a constituição de crédito tributário em relação a doações e patrocínios de caráter cultural e artístico, multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa, realizada pela Companhia com base em pareceres emitidos por seus consultores e assessores jurídicos. O valor da contingência era de R\$61.745 em 30 de junho de 2012, e teve a sua probabilidade de perda alterada para remota pelos assessores jurídicos, em decorrência da Companhia acreditar possuir argumentos de mérito para sua defesa.

Questões Regulatórias

Conta de Resultados a Compensar (CRC)

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Cemig utilizou os saldos positivos para compensar passivos junto ao Governo Federal.

A Aneel instaurou processo administrativo contra a Controladora, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final contra a Companhia. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Cemig não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região, que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

Nenhuma provisão foi constituída em relação a essa ação e o valor, estimado, do passivo contingente é de R\$1.050.206 (R\$1.014.905 em 31 de dezembro de 2011). Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig Distribuição poderá ser impactada.

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig Distribuição é parte em várias ações civis públicas, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Cemig Distribuição na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$5.484 (R\$11.706 em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, a Controladora é parte em várias outras ações civis públicas com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.171.732 (R\$1.171.696 em 31 de dezembro de 2011). Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig Distribuição poderá ser impactada.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$130.236 (R\$122.531 em 31 de dezembro de 2011).

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) e a Associação Brasileira de Consumidores (ABC) impetraram ações contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$154.126.

Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$165.509 (R\$147.517 em 31 de dezembro de 2011). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de setembro de 2012, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado, em 2012 e 2011, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

O Conselho de Administração da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 27 de abril de 2012, aprovou a distribuição dos dividendos adicionais, no montante de R\$243.565, que serão pagos como dividendos complementares até 31 de dezembro de 2012, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

Reservas de Lucros

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	30/09/2012	31/12/2011
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	150.900	150.900
Dividendos adicionais propostos	-	243.565
	150.900	394.465

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/09/2012	30/09/2011
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998
Lucro do período	409.311	534.216
Lucro por ação (em R\$)	0,1810	0,2362

	Jul a Set/12	Jul a Set/11
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998
Lucro do período	127.025	220.749
Lucro por ação (em R\$)	0,0562	0,0976

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

18. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	7.979.376	7.261.473
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.396.221	1.351.554
Transações com Energia na CCEE	-	19.646
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	980.799	739.349
Outras Receitas Operacionais (b)	205.100	135.702
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (c)	(3.579.989)	(3.383.847)
	6.981.507	6.123.877

	Jul a Set/12	Jul a Set/11
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	2.718.796	2.553.332
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	470.951	458.356
Transações com Energia na CCEE	-	13
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	438.373	167.184
Outras Receitas Operacionais	51.914	44.397
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas Acima	(1.170.414)	(1.181.796)
Receita Total	2.509.620	2.041.486

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh*		R\$	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
Residencial	6.593.995	6.413.145	3.624.791	3.155.589
Industrial	3.137.724	3.556.552	1.177.353	1.226.300
Comércio, Serviços e Outros	4.011.848	3.867.501	1.822.634	1.652.970
Rural	2.091.604	1.954.152	571.872	517.771
Poder Público	610.726	599.379	267.072	249.607
Iluminação Pública	928.484	889.788	254.887	231.559
Serviço Público	877.436	862.563	261.758	245.702
Subtotal	18.251.817	18.143.080	7.980.367	7.279.498
Consumo Próprio	25.337	26.443	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(991)	(18.025)
Total	18.277.154	18.169.523	7.979.376	7.261.473

	MWh (*)		R\$	
	Jul a Set/12	Jul a Set/11	Jul a Set/12	Jul a Set/11
Residencial	2.210.313	2.144.445	1.226.478	1.115.444
Industrial	1.043.940	1.142.526	403.628	422.532
Comércio, Serviços e Outros	1.290.234	1.253.096	598.335	562.942
Rural	826.937	812.788	217.807	203.717
Poder Público	201.149	197.181	90.415	85.783
Iluminação Pública	313.113	311.564	87.025	84.254
Serviço Público	299.377	296.564	91.782	88.718
Subtotal	6.185.063	6.158.164	2.715.470	2.563.390
Consumo Próprio	8.140	8.237	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	3.326	(10.058)
Total	6.193.203	6.166.401	2.718.796	2.553.332

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

b) Outras Receitas Operacionais

	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
Serviço Taxado	12.655	10.425
Outras Prestações de Serviços	8.886	15.591
Subvenções (*)	123.796	63.636
Aluguel e Arrendamento	58.699	44.707
Outras	1.064	1.343
	205.100	135.702

	Jul a Set/12	Jul a Set/11 Reclassificado
Serviço Taxado	4.937	2.924
Outras Prestações de Serviços	3.780	6.727
Subvenções (*)	26.771	18.611
Aluguel e Arrendamento	16.009	15.392
Outras	417	743
	51.914	44.397

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobras, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobras.

c) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/09/2012	30/09/2011
Impostos sobre a Receita		
ICMS	1.901.744	1.746.925
PIS-PASEP	153.989	145.364
COFINS	709.281	669.554
ISSQN	253	433
	2.765.267	2.562.276
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão - RGR	78.974	45.426
Programa de Eficiência Energética - PEE	17.138	25.177
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	338.127	294.071
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	331.772	416.603
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.178	10.071
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	12.178	10.071
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	6.089	5.035
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	18.266	15.117
	814.722	821.571
	3.579.989	3.383.847

	Jul a Set/12	Jul a Set/11
Impostos sobre a Receita		
ICMS	646.325	610.665
PIS-PASEP	49.589	50.089
COFINS	228.407	230.712
ISSQN	113	112
	924.434	891.578
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão - RGR	29.277	16.072
Programa de Eficiência Energética - PEE	10.407	9.024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	112.709	98.024
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	76.935	152.660
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	4.163	3.610
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.163	3.610
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.082	1.804
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	6.244	5.414
	245.980	290.218
	1.170.414	1.181.796

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
Pessoal (a)	569.822	542.052
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	117.521	51.992
Obrigações Pós-Emprego (Nota 15)	70.416	65.498
Materiais	34.954	43.840
Serviços de Terceiros (b)	499.535	486.275
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.800.406	2.230.438
Amortização	278.209	284.224
Provisões Operacionais (d)	66.384	113.208
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	594.585	497.579
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	980.799	739.349
Outras Despesas Líquidas (e)	145.795	140.268
	6.158.426	5.194.723

	Jul a Set/12	Jul a Set/11
Pessoal (a)	183.510	172.762
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	38.693	31.949
Obrigações Pós-Emprego (Nota 15)	23.472	21.833
Materiais	13.059	10.622
Serviços de Terceiros (b)	174.491	170.405
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.019.517	766.720
Amortização	101.738	94.629
Provisões Operacionais (d)	13.264	50.082
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	202.674	178.768
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	438.373	167.184
Outras Despesas Líquidas (e)	51.535	45.176
	2.260.326	1.710.130

a) Despesas com Pessoal	30/09/2012	30/09/2011
Remunerações e Encargos	512.851	490.913
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	33.087	31.438
Benefícios Assistenciais	73.007	69.818
	618.945	592.169
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(61.006)	(56.324)
Programas de Desligamento de Empregados	11.883	6.207
	569.822	542.052

a) Despesas com Pessoal	Jul a Set/12	Jul a Set/11
Remunerações e Encargos	172.359	156.753
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	10.289	9.997
Benefícios Assistenciais	23.000	23.111
	205.648	189.861
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(25.238)	(18.999)
Programas de Desligamento de Empregados	3.100	1.900
	183.510	172.762

b) Serviços de Terceiros	30/09/2012	30/09/2011
Agentes Arrecadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas	125.447	110.053
Comunicação	64.618	52.888
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	105.018	101.679
Conservação e Limpeza de Prédios	34.476	29.924
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	25.126	23.293
Mão de Obra Contratada	11.531	32.186
Fretes e Passagens	2.772	3.133
Hospedagem e Alimentação	8.369	9.818
Vigilância	5.788	5.599
Consultoria	1.764	1.833
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	23.324	26.609
Manutenção e Conservação de Veículos	5.619	11.822
Corte e Religação	23.550	20.951
Podas de Árvores	18.513	17.430
Outros	43.620	39.057
	499.535	486.275

b) Serviços de Terceiros	Jul a Set/12	Jul a Set/11
Agentes Arrecadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas	45.887	39.978
Comunicação	21.750	1.140
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	30.784	30.037
Conservação e Limpeza de Prédios	13.024	11.144
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	9.968	7.852
Mão de Obra Contratada	3.011	26.827
Fretes e Passagens	980	787
Hospedagem e Alimentação	3.102	2.593
Vigilância	1.931	1.730
Consultoria	623	669
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	8.241	8.703
Manutenção e Conservação de Veículos	2.072	812
Corte e Religação	9.047	6.995
Podas de Árvores	6.781	6.159
Outros	17.290	24.979
	174.491	170.405

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
Energia de Itaipu Binacional	648.355	556.345
Energia de Curto Prazo	528.890	240.534
Contatos Bilaterais	213.526	202.794
Energia adquirida em Leilão	1.500.476	1.303.891
PROINFA	169.110	130.290
Créditos de PASEP/COFINS	(259.951)	(203.416)
	2.800.406	2.230.438

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Jul a Set/12	Jul a Set/11 Reclassificado
Energia de Itaipu Binacional	231.112	188.948
Energia de Curto Prazo	208.634	97.339
Contatos Bilaterais	79.752	79.209
Energia adquirida em Leilão	528.788	424.157
PROINFA	56.370	43.430
Créditos de PASEP/COFINS	(85.139)	(66.363)
	1.019.517	766.720

d) Provisões Operacionais	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
Prêmio de Aposentadoria	121	27
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	52.617	41.330
Provisão para Contingências		
Trabalhistas	5.062	8.711
Cíveis	10.388	42.756
Tributárias	(269)	2.084
Ambientais	(45)	35
Regulatórias	(5.354)	24.815
Outras	3.864	(6.550)
	<u>13.646</u>	<u>71.851</u>
	<u>66.384</u>	<u>113.208</u>

d) Provisões Operacionais	Jul a Set/12	Jul a Set/11 Reclassificado
Prêmio de Aposentadoria	1.409	477
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	26.528	15.984
Provisão para Contingências		
Trabalhistas	1.772	4.134
Cíveis	(14.150)	28.927
Tributárias	(560)	710
Ambientais	8	9
Regulatórias	(1.957)	6.698
Outras	214	(6.857)
	<u>(14.673)</u>	<u>33.621</u>
	<u>13.264</u>	<u>50.082</u>

e) Outras Despesas Líquidas	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
Arrendamentos e Aluguéis	53.034	45.049
Propaganda e Publicidade	4.281	9.169
Consumo Próprio de Energia Elétrica	10.517	15.256
Subvenções e Doações	11.936	9.519
Taxa de Fiscalização da ANEEL	16.197	15.896
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	22.672	10.516
Contribuições à CCEE	1.898	2.197
Seguros	1.224	1.397
Forluz – Custeio Administrativo	12.277	6.462
Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação de Faixa de Domínio das Rodovias - TFDR	7	22.482
Outras (Recuperação de Despesas)	11.752	2.325
	<u>145.795</u>	<u>140.268</u>

e) Outras Despesas Líquidas	Jul a Set/12	Jul a Set/11 Reclassificado
Arrendamentos e Aluguéis	17.779	15.709
Propaganda e Publicidade	726	2.055
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.237	3.610
Subvenções e Doações	5.722	3.456
Taxa de Fiscalização da ANEEL	5.399	5.406
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	4.965	2.702
Contribuições à CCEE	716	711
Seguros	378	265
Forluz – Custeio Administrativo	4.093	1.895
Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação de Faixa de Domínio das Rodovias - TFDR	-	7.491
Outras (Recuperação de Despesas)	8.520	1.876
	<u>51.535</u>	<u>45.176</u>

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizados em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	30/09/2012	30/09/2011
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	32.912	52.101
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	111.115	84.472
Variações Cambiais	14.546	7.954
Ganhos Líquidos com Instrumentos Financeiros (Nota 22)	20.317	15.762
Variações Monetárias	712	39.539
Multas Contratuais	39.255	12.614
Outras	8.524	3.592
	227.381	216.034
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(253.009)	(216.677)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(48.623)	(58.756)
Variações Cambiais	(28.479)	(16.376)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(43.041)	(36.705)
Variação Monetária P&D e PEE	(13.189)	(19.369)
Variações Monetárias – Outras	(8.494)	(2.939)
Outras	(38.415)	(35.592)
	(433.250)	(386.414)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(205.869)	(170.380)

	Jul a Set/12	Jul a Set/11
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	16.009	23.973
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	41.925	24.593
Variações Cambiais	6.165	(7.927)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	1.122	28.419
Variações Monetárias	(610)	16.226
Multas Contratuais	11.732	5.560
Outras	1.925	1.264
	78.268	92.108
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(90.416)	(79.034)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(14.220)	(13.360)
Variações Cambiais	(2.540)	(13.748)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(18.598)	(6.503)
Variação Monetária P&D e PEE	(3.800)	(6.560)
Variações Monetárias – Outras	(2.675)	(2.211)
Outras	(7.781)	(18.647)
	(140.030)	(140.063)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(61.762)	(47.955)

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	10.834	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	352.781	109.215	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	369	4.146	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	260	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	3.114	3.554	30.534	28.915	28.393	35.256	(181.242)	(177.401)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	19	18.066	-	-	-	-	-	-
Light								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	863	749	-	-	(5.655)	(4.543)
Cemig Capim Branco								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	7.942	7.320	3.718	3.132	(51.123)	(50.402)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.638	3.025	-	-	(19.606)	(15.112)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (3)	8.368	6.657	-	-	70.285	66.060	-	-
Consumidores e Revendedores (4)	-	25.016	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (5)	-	-	43.695	53.687	-	-	(70.416)	(65.498)
Despesa com pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(33.087)	(31.438)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(12.277)	(6.462)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (5)	-	-	1.361.560	1.339.105	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	8.256	15.310	-	-	(23.343)	(23.583)
Andrade Gutierrez SA								
Circulante								
Programa Luz para todos (9)	-	-	1.180	-	-	-	(2.084)	(8.581)
Não Circulante								
Programa Luz para todos (9)	-	-	-	263	-	-	-	-

EMPRESAS	RECEITA		DESPESA	
	Jul a Set/12	Jul a Set/11	Jul a Set/12	Jul a Set/12
CEMIG				
Circulante				
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	-
Não Circulante				
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.				
Circulante				
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	7.725	11.572	(57.964)	(53.174)
Não Circulante				
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-
Light				
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	(1.975)	(1.841)
Cemig Capim Branco				
Circulante				
Operações com Energia Elétrica (2)	1.247	804	(15.845)	(22.427)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.				
Circulante				
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	(4.247)	(4.302)
Governo do Estado de Minas Gerais				
Circulante				
Consumidores e Revendedores (3)	23.692	22.910	-	-
Consumidores e Revendedores (4)	-	-	-	-
FORLUZ				
Circulante				
Obrigações Pós-emprego (5)	-	-	(23.472)	(21.833)
Despesa com pessoal (6)	-	-	(10.289)	(9.997)
Custeio Administrativo (7)	-	-	(4.093)	(1.895)
Não Circulante				
Obrigações Pós-Emprego (5)	-	-	-	-
Cemig Saúde				
Circulante				
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	(39.067)	(39.476)
Andrade Gutierrez SA				
Circulante				
Programa Luz para todos (9)	-	-	(2.084)	(8.581)
Não Circulante				
Programa Luz para todos (9)	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores;
- (3) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
- (4) Refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, integralmente liquidado em setembro de 2012;
- (5) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (6) Contribuições da Companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;

(7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;

(8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

(9) Contrato referente ao empreendimento de Implantação de lote do Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos" na Área de Concessão da Cemig celebrado entre a Cemig Distribuição e o Consórcio Iluminas, do qual a Andrade Gutierrez é parte.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, prevista, é conforme segue:

	30/09/2012	30/09/2011
Remuneração	3.622	3.416
Participação nos Resultados	397	173
Benefícios Pós Emprego	279	190
Benefícios Assistenciais	46	43
Total	4.345	3.822

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 5, 15 e 19 das Informações Contábeis Intermediárias.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros de Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Fornecedores, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria o Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos, devendo ser destacado que o valor justo similar ao valor contábil para os Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição decorrem do recebimento anual na tarifa da remuneração financeira desses ativos, com base na taxa de remuneração média do capital (WAAC) regulatória estabelecido pela ANEEL.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;

- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/09/2012		31/12/2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo Reclassificado
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	1.979.618	1.979.618	1.923.093	1.923.093
Fundos Vinculados	24.732	24.732	3.279	3.279
Ativos Financeiros – Concessão	4.510.127	4.510.127	3.118.126	3.118.126
	6.514.477	6.514.477	5.044.498	5.044.498
Mantidos até o vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	94.491	94.491	-	-
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	17.723	17.723	5.000	5.000
Instrumento Derivativo - Contrato de Swap	18.562	18.562	-	-
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	926.097	926.097	753.131	753.131
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.326.696	4.512.581	3.511.222	3.598.107
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	591.067	591.067	613.102	613.102
	5.843.860	6.029.745	4.877.455	4.964.340
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumento Derivativo - Contrato de Swap	-	-	25.764	25.764

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Distribuição possuía, em 30 de setembro de 2012, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2012	31/12/2011
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	56.426	81.815
Fornecedores (Itaipu Binacional)	179.506	162.071
(-) Operações contratadas de hedge/swap	(18.562)	(32.312)
	<u>217.370</u>	<u>211.574</u>
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	7.836	8.027
Passivo Líquido Exposto	<u>225.206</u>	<u>219.601</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2013 será de 1,38% para o Dólar (R\$2,003) e de 4,63% para o Euro (R\$2,490). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Saldo em 30/09/2012	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	56.426	55.648	69.560	83.472
Fornecedores (Itaipu Binacional)	179.506	177.031	221.289	265.547
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	(18.562)	(18.306)	(22.883)	(27.459)
	<u>217.370</u>	<u>214.373</u>	<u>267.966</u>	<u>321.560</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	7.836	7.473	9.341	11.209
	<u>225.206</u>	<u>221.846</u>	<u>277.307</u>	<u>332.769</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>225.206</u>	<u>221.846</u>	<u>277.307</u>	<u>332.769</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<u>3.360</u>	<u>(52.101)</u>	<u>(107.563)</u>

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2012. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig às Taxas de Juros Nacionais	30/09/2012	31/12/2011
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 3)	652.790	483.885
Títulos e Valores Mobiliários	112.214	5.000
Fundos Vinculados	24.732	3.279
	<u>789.736</u>	<u>492.164</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 13)	(2.139.094)	(1.404.636)
Empréstimos e Financiamentos – IPCA (Nota 13)	(551.682)	(502.648)
Empréstimos e Financiamentos – IGP-M (Nota 13)	(388.909)	(372.697)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(600.000)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(18.562)	(32.312)
	<u>(3.698.247)</u>	<u>(2.912.293)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.908.511)</u>	<u>(2.420.129)</u>

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2013, as taxas SELIC, IPCA e IGP-M serão, respectivamente, de 7,25%, 5,56% e 4,07%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	Saldo em 30/09/2012	Cenário Provável SELIC 7,25% IPCA 5,56% IGP-M 4,07%	Cenário Possível SELIC 9,06% IPCA 6,95% IGP-M 5,09%	Cenário Remoto SELIC 10,88% IPCA 8,34% IGP-M 6,11%
Ativos				
Aplicações Financeiras (Nota 3)	652.790	700.117	711.933	723.814
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	112.214	120.350	122.381	124.423
Fundos Vinculados	24.732	26.525	26.973	27.423
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – SELIC (Nota 13)	(2.139.094)	(2.294.178)	(2.332.896)	(2.371.827)
Empréstimos e Financiamentos – IPCA (Nota 13)	(551.682)	(582.356)	(590.024)	(597.692)
Empréstimos e Financiamentos – IGP-M (Nota 13)	(388.909)	(404.738)	(408.704)	(412.671)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(641.760)	(652.186)	(665.280)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(18.562)	(19.908)	(20.244)	(20.582)
	<u>(3.698.247)</u>	<u>(3.942.940)</u>	<u>(4.004.054)</u>	<u>(4.068.052)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.908.511)</u>	<u>(3.095.948)</u>	<u>(3.142.767)</u>	<u>(3.192.392)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(187.437)</u>	<u>(234.256)</u>	<u>(283.881)</u>

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, podem ser observados na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	158.739	269.892	1.264.153	2.200.587	544.244	4.437.615
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	8.012	11.657	54.072	322.534	673.407	1.069.682
	166.751	281.549	1.318.225	2.523.121	1.217.651	5.507.297
- Pré-fixadas						
Fornecedores	926.097	-	-	-	-	926.097
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	-	826.288	-	-	826.288
	926.097	-	826.288	-	-	1.752.385
	1.092.848	420.135	1.824.718	1.720.607	814.826	5.873.134

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também, são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para devedores duvidosos em 30 de setembro de 2012, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$341.867.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a CEMIG divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em três fundos de investimentos, que possuem, aproximadamente, 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos, exclusivamente, em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo CEMIG. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia igual ou superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
Risco Federal	-		7,0%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Máxima de 50%	Entre 2,8% e 7,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 30%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a CEMIG estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo CEMIG.
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa do grupo.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. As cláusulas restritivas são semestrais, coincidentes com os semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 30 de setembro de 2012 no montante de R\$20.317 (ganho de R\$15.762 no mesmo período de 2011), registrados no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, também, a implementação de diretrizes relativas ao ambiente de Riscos Financeiros ao implementar planos de ação.

Metodologia de Cálculo do Valor Justo das Posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro a seguir apresenta o instrumento derivativo contratado pela Companhia em 30 de setembro de 2012:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor Principal Contratado		Ganho/Perda não Realizada				Efeito acumulado	
				30/09/2012	31/12/2011	Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor Pago
						30/09/2012	31/12/2011 Reclassificado	30/09/2012	31/12/2011 Reclassificado		
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$8.414	US\$17.226	(24.046)	(47.611)	(24.027)	(48.351)	-	(24.009)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	R\$600.000	23.421	7.580	42.589	22.587	-	-
								<u>18.562</u>	<u>(25.764)</u>		

A contraparte das operações de derivativos da Companhia é o Banco Santander - ABN, e os contratos são de *swap* cambial e de indexadores.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima, em um cenário provável em 30 de setembro de 2013, que a taxa do CDI será de 7,25% e a depreciação cambial da moeda estrangeira, em relação ao Real, será de 1,38% para o Dólar (R\$2,003).

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC e da variação cambial do Dólar de 25% e 50% em relação a 30 de setembro de 2012, cenários que são considerados como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 30 de setembro de 2013 seria de 9,06% e 10,88% respectivamente.

Risco - Variação do CDI em relação à variação do Dólar	Saldo em 30/09/2012	Cenário Provável 7,25%	Cenário Possível 9,06%	Cenário Remoto 10,88%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	18.562	19.908	20.244	20.582
Efeito Líquido da Variação do CDI		(1.346)	(1.682)	(2.020)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	18.562	18.306	22.883	27.459
Efeito Líquido da Variação do US\$		256	(4.321)	(8.897)
Efeito Líquido		(1.602)	2.639	6.877
Risco - Variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.				
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	641.760	652.186	662.669
Efeito Líquido da Variação do CDI		(41.760)	(52.186)	(62.669)
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação da taxa de juros		(68.820)	(68.820)	(68.820)
Efeito Líquido		27.060	16.634	6.151

Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	30/09/2012	31/12/2011
Total do Passivo	8.996.641	8.078.067
Caixa e Equivalentes de Caixa	(713.770)	(527.296)
Títulos e Valores Mobiliários	(112.214)	(5.000)
Fundos Vinculados	(24.732)	(3.279)
Passivo Líquida	8.145.925	7.542.492
Total do Patrimônio Líquido	2.822.209	2.656.463
Capital Ajustado	2.822.209	2.656.463
Relação Passivo Líquido sobre Capital Ajustado no final de dezembro	2,89	2,84

23. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorram regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30/09/2012	Valor justo em 30 de setembro de 2012		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro	10.643	10.643	-	-
Outros	7.080	-	7.080	-
	17.723	10.643	7.080	-
Fundos Vinculados	24.732	-	24.732	-
Contratos de Swaps	18.562	-	18.562	-

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em Reais.

Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador pelo mercado na data de mensuração. A precificação da ponta Dólar do swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

24. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM aplicável às Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à Companhia.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de outubro de 2012, data limite estabelecida pelo Poder Concedente através da Medida Provisória 579, regulada pelo Decreto 7.805 de 2012, a Companhia apresentou requerimento para a renovação das suas concessões Norte, Sul, Leste e Oeste, por 30 anos, a partir de 01 de janeiro de 2013.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

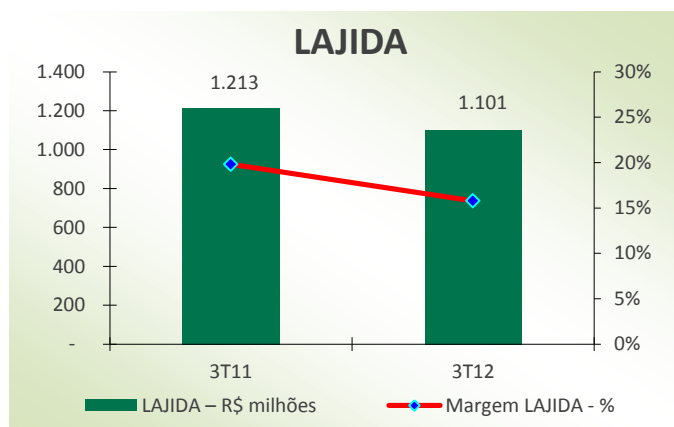
Lucro do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no período de janeiro a setembro de 2012, um Lucro Líquido de R\$409.311, em comparação ao Lucro Líquido de R\$534.216, no mesmo período de 2011, uma redução de 23,38%. Este resultado deve-se, principalmente, ao aumento de 18,55% nos Custos e Despesas Operacionais, que foram, parcialmente, compensados pelo aumento de 14,00% na Receita Líquida. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 9,24% no período de janeiro a setembro de 2012 na comparação com o mesmo período de 2011:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2012	30/09/2011	Var. %
Resultado do Período	409.311	534.216	(23,38)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	207.901	224.558	(7,42)
+ Resultado Financeiro Líquido	205.869	170.380	20,83
+ Amortização	278.209	284.224	(2,12)
= LAJIDA	1.101.290	1.213.378	(9,24)



A redução do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, deve-se, principalmente, ao aumento de 19,75% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização), que foi parcialmente compensado pelo aumento de 14,00% na receita. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 19,81%, no terceiro trimestre de 2011, para 15,77%, no terceiro trimestre de 2012.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$7.979.376 no período de janeiro a setembro de 2012, em comparação a R\$7.261.473 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 9,89%.

No que se refere à venda para consumidores finais, que foi de R\$7.980.367 no período de janeiro a setembro de 2012, em comparação a R\$7.279.498 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 9,63%, os principais impactos na Receita, no terceiro trimestre de 2012, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012);
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012;

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/09/2012	30/09/2011	Var %
Residencial	6.593.995	6.413.145	2,82
Industrial	3.137.724	3.556.552	(11,78)
Comércio, Serviços e Outros	4.011.848	3.867.501	3,73
Rural	2.091.604	1.954.152	7,03
Poder Público	610.726	599.379	1,89
Iluminação Pública	928.484	889.788	4,35
Serviço Público	877.436	862.563	1,72
Total	18.251.817	18.143.080	0,60

A redução de 11,78% na classe industrial deve-se ao desaquecimento das atividades do setor industrial, que foi compensada pelo aumento nas classes residencial, comércio, serviços e outros e rural, decorrente, principalmente, do aumento na quantidade de consumidores, que cresceu 1,56%, 5,51% e 16,13% nessa ordem.

Adicionalmente ao aumento na quantidade de consumidores na classe rural, houve um crescimento expressivo da demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação nos meses de fevereiro a maio.

Outras Receitas Operacionais

Referem-se aos serviços taxados, ao compartilhamento de infraestrutura, à subvenção de consumidores inscritos como baixa renda e os demais serviços prestados em função do serviço concedido e apresentou um aumento de 51,14% nos períodos comparados (R\$205.100, no período de janeiro a setembro de 2012, em comparação a R\$135.702 no mesmo período de 2011). Esta variação decorre, principalmente, dos novos critérios definidos pela ANEEL para a subvenção aos consumidores de baixa renda, por meio da Resolução 472 de janeiro de 2012, que estabeleceu a metodologia para a apuração da diferença mensal de receita e o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras para custear esta diferença, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia elétrica.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no período de janeiro a setembro de 2012 foram de R\$3.579.989, comparados a R\$3.383.847, do mesmo período de 2011, representando um aumento de 5,80%.

As principais variações nas deduções à Receita estão relacionadas a seguir, onde os encargos sobre a Receita representam um Custo não controlável, sendo que diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos referentes à CCC foram de R\$331.772, no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$416.603, do mesmo período de 2011, representando uma redução de 20,36%. Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente, da redução no custo unitário da CCC definida por meio de Resolução da ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos referentes à CDE foram de R\$338.127, no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$294.071, do mesmo período de 2011, representando um aumento de 14,98%. A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, sendo os pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Reserva Global de Reversão - RGR

Os encargos referentes a RGR foram de R\$78.974, no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$45.426, do mesmo período de 2011, representando um aumento de 73,85%. A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os pagamentos são definidos por meio da ANEEL e foram impactados pelas adições ocorridas nos ativos intangíveis da Companhia.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$6.158.426, no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$5.194.723, do mesmo período de 2011, representando um aumento de 18,55%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 19 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.800.406, no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$2.230.438, do mesmo período de 2011, representando um aumento de 25,55%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 119,88% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo, que foi de R\$528.890 no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$240.534 do mesmo período de 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em todos os submercados, que passou de R\$24,96 por MWh no período de janeiro a setembro de 2011 para R\$116,42 por MWh no mesmo período de 2012;
- aumento de 15,08% no volume de energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão, como forma de minimizar os riscos às exposições financeiras ao mercado de curto prazo;

- aumento de 16,54% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$648.355 no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$556.345 no mesmo período de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no período de janeiro a setembro de 2012, comparada a uma valorização no mesmo período de 2011. O Dólar médio relativo às faturas no período de janeiro a setembro de 2012 foi de R\$1,955, em comparação a R\$1,646 do mesmo período de 2011, o que representou uma variação de 18,77%.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$594.585 no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$497.579 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 19,50%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$980.799, no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$739.349, do mesmo período de 2011, uma redução de 32,66%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$569.822 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$542.052 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 5,12%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de novembro de 2011, com reajuste médio de 8,20%.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$117.521 no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$51.992 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 126,04%. O valor provisionado no período de janeiro a setembro de 2012 refere-se a parte da participação nos resultados já negociada no acordo coletivo de novembro de 2011, válida para 2011 e 2012, somada ao ajuste em 2011 do valor provisionado no ano anterior de participação nos resultados, no valor credor de R\$15.746.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$66.384 no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$113.208 no mesmo período de 2011, representando uma redução de 41,36%, decorrente, principalmente, da reversão de R\$7.945, em 2012, de termo de notificação da ANEEL, referente à não conformidade dos indicadores de continuidade na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, registrado no terceiro trimestre de 2011 no montante de R\$17.539, parte deste montante já havia sido retificada pelo órgão regulador no quarto trimestre de 2011, somada à reavaliação, pela Companhia, da expectativa de perda nas suas contingências cíveis, o que implicou em uma provisão adicional de R\$27.197 no terceiro trimestre de 2011.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no período de janeiro a setembro de 2012, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$205.869, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$170.380 no mesmo período de 2011, um aumento de 20,83%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 31,54% nos Acréscimos Moratórios de Contas de Energia, que foi de R\$111.115 no período de janeiro a setembro de 2012 em comparação a R\$84.472 do mesmo período de 2011, em decorrência, entre outros fatores, da implementação, em 2012, de cobrança através de correio eletrônico e mensagem para telefone móvel (SMS – *Short Message Service*), somada à intensificação de ações já existentes, como, por exemplo, a carta cobrança e a cobrança administrativa;
- aumento de 16,77% nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos, que foram de R\$253.009 no período de janeiro a setembro de 2012 em comparação a R\$216.677 do mesmo período de 2011, devido às novas captações realizadas a partir do segundo trimestre de 2011;
- redução de 36,83% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$32.912 no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$52.101 do mesmo período de 2011, em função do menor volume de recursos aplicados em 2012;

- redução de 98,20% nas receitas com variações monetárias, que foram de R\$712 no período de janeiro a setembro de 2012, em comparação a R\$39.539 no mesmo período de 2011, decorrente da liquidação, em 2011, de parcelamentos de dívidas de faturas de energia. Esta redução foi, parcialmente, compensada pelo aumento de 211,20% nas receitas com multas contratuais, que foram de R\$39.255 no período de janeiro a setembro de 2012, em comparação a R\$12.614 do mesmo período de 2011, decorrente de acordo relativo a contrato de compartilhamento de infraestrutura;
- ganhos líquidos com variações cambiais, no período de janeiro a setembro de 2012, no montante de R\$6.384, líquidos dos efeitos compensatórios referentes aos Instrumentos Financeiros, comparados aos ganhos líquidos de R\$7.340, no mesmo período de 2011, originados de Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira e Compra de Energia proveniente de Itaipu, indexada ao Dólar. Este resultado decorre, principalmente, da valorização acumulada de 8,25% do Dólar em 2012, frente a uma valorização de 11,30% no mesmo período de 2011.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 20 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no período de janeiro a setembro de 2012, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$207.901 em relação ao Resultado (antes dos efeitos fiscais) de R\$617.212, representando um percentual de 33,68%. No mesmo período de 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$224.558 em relação ao Resultado (antes dos efeitos fiscais) de R\$758.774, representando um percentual de 29,59%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 7 das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2012 E 2011

	Terceiro Trim/2012	Terceiro Trim/2011	Var. %
RECEITA	2.509.620	2.041.486	22,93
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(183.510)	(172.762)	6,22
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(38.693)	(31.949)	21,11
Obrigações Pós-emprego FORLUZ	(23.472)	(21.833)	7,51
Materiais	(13.059)	(10.622)	22,94
Serviços de Terceiros	(174.491)	(170.405)	2,40
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.019.517)	(766.720)	32,97
Amortização	(101.738)	(94.629)	7,51
Provisões Operacionais	(13.264)	(50.082)	(73,52)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(438.373)	(167.184)	162,21
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(202.674)	(178.768)	13,37
Outras Despesas Líquidas	(51.535)	(45.176)	14,08
	(2.260.326)	(1.710.130)	32,17
Resultado antes do Resultado Financeiro	249.294	331.356	(24,77)
Receitas Financeiras	78.268	92.108	(15,03)
Despesas Financeiras	(140.030)	(140.063)	(0,02)
Resultado antes dos Impostos	187.532	283.401	(33,83)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(107.139)	(52.654)	103,48
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.632	(9.998)	-
Resultado do Período	127.025	220.749	(42,46)
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária			

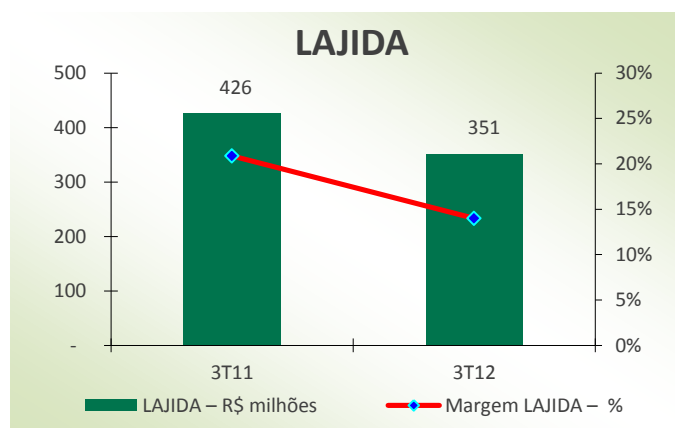
Lucro do Trimestre

A Cemig Distribuição apresentou, no terceiro trimestre de 2012, um Lucro de R\$127.025, em comparação ao Lucro de R\$220.749 no terceiro trimestre de 2011, com uma redução de 42,46% entre os períodos comparados. Este resultado deve-se, principalmente, ao aumento de 32,17% nos Custos e Despesas Operacionais, parcialmente compensado pelo aumento de 22,93% na Receita, somado ao aumento de 28,79% nas Despesas Financeiras Líquidas.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Distribuição, no terceiro trimestre de 2012, apresentou uma redução de 17,60% na comparação com o mesmo período de 2011.

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var %
Resultado do Período	127.025	220.749	(42,46)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	60.507	62.652	(3,42)
+ Resultado Financeiro Líquido	61.762	47.955	28,79
+ Amortização	101.738	94.629	7,51
= LAJIDA	351.032	425.985	(17,60)



A redução do LAJIDA, no terceiro trimestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, deve-se, principalmente, ao aumento de 33,62% nos Custos e Despesas Operacionais, excluídos os efeitos das Despesas com Amortização, que foi, parcialmente, compensado pelo aumento de 22,93% na Receita. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 20,87%, no terceiro trimestre de 2011, para 13,99%, no terceiro trimestre de 2012.

Receita

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	2.718.796	2.553.332
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	470.951	458.356
Transações com Energia na CCEE	-	13
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	438.373	167.184
Outras Receitas Operacionais	51.914	44.397
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas Acima	(1.170.414)	(1.181.796)
Receita Total	2.509.620	2.041.486

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)			R\$		
	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var. %	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11 Reclassificado	Var. %
Residencial	2.210.313	2.144.445	3,07	1.226.478	1.115.444	9,95
Industrial	1.043.940	1.142.526	(8,63)	403.628	422.532	(4,47)
Comércio, Serviços e Outros	1.290.234	1.253.096	2,96	598.335	562.942	6,29
Rural	826.937	812.788	1,74	217.807	203.717	6,92
Poder Público	201.149	197.181	2,01	90.415	85.783	5,40
Iluminação Pública	313.113	311.564	0,50	87.025	84.254	3,29
Serviço Público	299.377	296.564	0,95	91.782	88.718	3,45
Subtotal	6.185.063	6.158.164	0,44	2.715.470	2.563.390	5,93
Consumo Próprio	8.140	8.237	(1,18)	-	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	3.326	(10.058)	-
Total	6.193.203	6.166.401	0,43	2.718.796	2.553.332	6,48

(*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$2.718.796 no terceiro trimestre de 2012, em comparação a R\$2.553.332, no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 6,48%.

No que se refere à venda para consumidores finais, o montante foi de R\$2.715.470 no terceiro trimestre de 2012, em comparação a R\$2.563.390 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 5,93%, decorrente, principalmente, do reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012.

Outras Receitas Operacionais

Referem-se aos serviços taxados, ao compartilhamento de infraestrutura, à subvenção de consumidores inscritos como baixa renda e os demais serviços prestados em função da concessão e apresentou um aumento de 16,93% nos trimestres comparados (R\$51.914, no terceiro trimestre de 2012, em comparação a R\$44.397 no terceiro trimestre de 2011). Esta variação decorre, principalmente, dos novos critérios definidos pela ANEEL para a subvenção aos consumidores de baixa renda, por meio da Resolução 472 de janeiro de 2012, que estabeleceu a metodologia para a apuração da diferença mensal de receita e o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras para custear esta diferença, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia elétrica.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Terceiro Trím/12	Terceiro Trím/11	Var %
Impostos sobre a Receita:			
ICMS	646.325	610.665	5,84
COFINS	228.407	230.712	(1,00)
PIS-PASEP	49.589	50.089	(1,00)
ISSQN	113	112	0,89
	<u>924.434</u>	<u>891.578</u>	<u>3,69</u>
Encargos do Consumidor:			
Reserva Global de Reversão - RGR	29.277	16.072	82,16
Programa de Eficiência Energética - PEE	10.407	9.024	15,33
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	112.709	98.024	14,98
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	76.935	152.660	(49,60)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	4.163	3.610	15,32
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.163	3.610	15,32
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.082	1.804	15,41
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	6.244	5.414	15,33
	<u>245.980</u>	<u>290.218</u>	<u>(15,24)</u>
	<u>1.170.414</u>	<u>1.181.796</u>	<u>(0,96)</u>

As principais variações nas deduções à Receita estão relacionadas a seguir, onde os encargos sobre a Receita representam um Custo não controlável, sendo que diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos, referentes à CCC foram de R\$76.935, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$152.660 no terceiro trimestre de 2011, representando uma redução de 49,60%. Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos, referentes à CDE, foram de R\$112.709, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$98.024 no terceiro trimestre de 2011, um aumento de 14,98%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Reserva Global de Reversão - RGR

Os encargos referentes a RGR foram de R\$29.277, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$16.072, do terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 82,16%. A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os pagamentos são definidos por meio da ANEEL e foram impactados pelas adições ocorridas nos ativos intangíveis da Companhia.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$2.260.326, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$1.710.130, do terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 32,17%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 19 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.019.517, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$766.720, do terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 32,97%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 114,34% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo, que foram de R\$208.634 no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$97.339 do terceiro trimestre de 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em todos os submercados, que passou de R\$20,61 por MWh no terceiro trimestre de 2011 para R\$131,14 por MWh no terceiro trimestre de 2012;
- aumento de 24,67% no volume de energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão, como forma de minimizar os riscos às exposições financeiras ao mercado de curto prazo;
- aumento de 22,32% no gasto com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$231.112 no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$188.948 no terceiro trimestre de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no terceiro trimestre de 2012, comparada a uma valorização no terceiro trimestre de 2011. O Dólar médio relativo às faturas no terceiro trimestre de 2012 foi de R\$2,038, em comparação a R\$1,662 do mesmo período de 2011, o que representou uma variação de 22,62%.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$202.674 no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$178.768 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 13,37%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$438.373, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$167.184, do mesmo período de 2011, um aumento de 162,21%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$183.510 no terceiro trimestre de 2012 comparados a R\$172.762 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 6,22%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de novembro de 2011, com reajuste médio de 8,20%.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$38.693 no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$31.949 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 21,11%. O valor provisionado no terceiro trimestre de 2012 refere-se a parte da participação nos resultados já negociada no acordo coletivo de novembro de 2011, válida para 2011 e 2012.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma adição de R\$13.264 no terceiro trimestre de 2012, comparados a uma adição de R\$50.082 no terceiro trimestre de 2011, decorrente, principalmente, da reavaliação, pela Companhia, da expectativa de perda nas suas contingências cíveis, o que implicou em uma provisão adicional de R\$27.197 no terceiro trimestre de 2011.

Outras Despesas Líquidas

As Outras Despesas Líquidas foram de R\$51.535 no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$45.176 do mesmo período de 2011, o que representou um aumento de 14,08%, decorrente, principalmente, de patrocínios culturais relativos à Lei Roaunet (incentivos fiscais do IRPJ) e do aumento no PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre outras receitas.

Resultado Financeiro Líquido

	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	16.009	23.973	(33,22)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	41.925	24.593	70,48
Variações Cambiais	6.165	(7.927)	-
Ganhos com Instrumentos Financeiros	1.122	28.419	(96,05)
Variações Monetárias	(610)	16.226	-
Multas Contratuais	11.732	5.560	111,01
Outras	1.925	1.264	52,29
	78.268	92.108	(15,03)
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(90.416)	(79.034)	14,40
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(14.220)	(13.360)	6,44
Variações Cambiais	(2.540)	(13.748)	(81,52)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(18.598)	(6.503)	185,99
Variação Monetária P&D e PEE	(3.800)	(6.560)	(42,07)
Variações Monetárias – Outras	(2.675)	(2.211)	20,99
Outras	(7.781)	(18.647)	(58,27)
	(140.030)	(140.063)	(0,02)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(61.762)	(47.955)	28,79

O Resultado Financeiro Líquido, no terceiro trimestre de 2012, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$61.762, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$47.955 no mesmo período de 2011, um aumento de 28,79%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 70,48% nos Acréscimos Moratórios de Contas de Energia, que foi de R\$41.925 no terceiro trimestre de 2012 em comparação a R\$24.593 do terceiro trimestre de 2011, em decorrência, entre outros fatores, da implementação, em 2012, de cobrança através de correio eletrônico e mensagem para telefone móvel (SMS – *Short Message Service*), somada à intensificação de ações já existentes, como, por exemplo, a carta cobrança e a cobrança administrativa;
- aumento de 14,40% nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos, que foi de R\$90.416 no terceiro trimestre de 2012 em comparação a R\$79.034 do mesmo período de 2011, devido às novas captações realizadas a partir do segundo trimestre de 2011;
- redução de 33,22% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$16.009 no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$23.973 do mesmo período de 2011, em função do menor volume de recursos aplicados em 2012;

- redução nas receitas com variações monetárias, que foram uma reversão de R\$610 no terceiro trimestre de 2012, em comparação a uma adição de R\$16.226 no mesmo período de 2011, decorrente da liquidação, em 2011, de parcelamentos de dívidas de faturas de energia. Esta redução foi, parcialmente, compensada pelo aumento de 111,01% nas receitas com multas contratuais, que foram de R\$11.732 no terceiro trimestre de 2012, em comparação a R\$5.560 do mesmo período de 2011, decorrente de acordo relativo a contrato de compartilhamento de infraestrutura;
- ganhos líquidos com variações cambiais, no terceiro trimestre de 2012, no montante de R\$4.747, líquidos dos efeitos compensatórios referentes aos Instrumentos Financeiros, comparados aos ganhos líquidos de R\$6.744, no mesmo período de 2011, originados de Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira e Compra de Energia proveniente de Itaipu, indexada ao Dólar. Este resultado decorre, principalmente, da valorização de 0,46% do Dólar no terceiro trimestre de 2012, frente a uma valorização de 18,79% no mesmo período de 2011;
- aumento de 185,99% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$18.598 no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$6.503 do mesmo período de 2011. Este resultado decorre da maior variação do IGP-M no terceiro trimestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, somada às novas captações realizadas a partir do segundo trimestre de 2011.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 20 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no terceiro trimestre de 2012, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$60.507 em relação ao Resultado (antes dos efeitos fiscais) de R\$187.532, representando um percentual de 32,26%. No terceiro trimestre de 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$62.652 em relação ao Resultado (antes dos efeitos fiscais) de R\$283.401, representando um percentual de 22,11%. No terceiro trimestre de 2011, a Companhia apurou Benefícios Fiscais no montante de R\$36.100, em decorrência da destinação de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$106.177. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 7 das Informações Contábeis Intermediárias.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e auditoria das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentados na nota explicativa 2.2 às informações financeiras intermediárias, que não foram revisados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 11 de novembro de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação.

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentados na nota explicativa 2.2 às informações financeiras intermediárias, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 26 de março de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-1SP 218.398/O-1 S/MG